


A CULPA DO PACIENTE EM PROCESSOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR ERRO MÉDICO

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-360>

Data de submissão: 28/10/2024

Data de publicação: 28/11/2024

Ariele Gomes Mendonça

Mestranda em Direito Médico na Universidade Santo Amaro, UNISA-SP (2024-2026).

Fernando Luz Sinimbu Portugal

Mestre em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2023-2025).

RESUMO

A crescente judicialização no Brasil, especialmente nas disputas entre médicos e pacientes, é tema central deste artigo científico. Focaliza-se a importância da responsabilidade civil médico-paciente, bem como são aplicados na jurisprudência seus fundamentos constitucionais e legais. É abordada, com efeito, a necessidade de comprovação de culpa nos casos de dano, destacando as distinções entre responsabilidade civil contratual e extracontratual, além de demonstrar algumas decisões jurisprudenciais relevantes, enfatizando a análise subjetiva da culpa do médico e a natureza da obrigação do profissional de saúde. E, ainda, são discutidas as implicações da culpa do paciente na responsabilidade civil do médico, inclusive a possibilidade de atenuação ou exclusão da responsabilidade do profissional de saúde. Por fim, são apresentados critérios para avaliar a viabilidade de demandas judiciais contra médicos, visando evitar processos desnecessários e promover a celeridade processual e a boa-fé.

Palavras-chave: Direito Médico. Responsabilidade Civil. Erro Médico. Culpa do Paciente.

1 INTRODUÇÃO

Judicialização, no Brasil, chegou a patamares elevados, fato catalisado nas últimas duas décadas. Nessa senda, as querelas entre profissionais médicos e pacientes se encontram em intensa ascensão nos tribunais pátrios, situação que desperta a comunidade jurídica quanto ao tema.

Diante desse quadro, a sistemática constitucional privada, cível e material traz prescrições normativas que servem de balizas norteadoras à prática dos operadores do Direito em território nacional. Entre tantas nuances legais, a responsabilidade civil médico-paciente continua a ser uma temática relevante e incrustada de particularidades, especialmente a partir do reconhecimento do Direito Médico como uma área especializada do saber jurídico brasileiro e internacional.

Com efeito, este artigo traz no capítulo “a responsabilidade civil no âmbito da relação médico-paciente de direito privado-liberal”, sem a pretensão de exaurimento do tema, as características teóricas e legislativas essenciais da responsabilidade civil para, em seguida, explorar algumas decisões paradigmáticas exaradas, pelas Cortes Superiores e Tribunais, sobre a reparação civil médico-paciente no título “a jurisprudência sobre a responsabilidade civil médico-paciente”. Por fim, tanto a atenuação quanto a exclusão da responsabilidade do médico por condutas do paciente são delineadas no quarto capítulo, qual seja, em “a culpa do paciente, a responsabilidade civil do médico e as demandas judiciais a respeito”.

Não obstante, a finalidade deste trabalho é indicar, ainda que sucintamente, os principais vetores axiológicos, normativos e jurisprudenciais necessários para a introdução do leitor ao mundo do Direito Médico e, notadamente, à culpa do paciente em processos de responsabilidade civil por erro médico.

2 A RESPONSABILIDADE CIVIL NO ÂMBITO DA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE DE DIREITO PRIVADO-LIBERAL

A Responsabilidade Civil é prevista na seara constitucional, legal e doutrinária. Sob a perspectiva da Constituição, o artigo 5º prevê, expressamente, nos incisos X e XXXV, a inviolabilidade e a inafastabilidade da jurisdição para resolução de querelas.

Não obstante, a lei 10.406, nomeadamente o Código Civil, prevê as regras fundamentais para a responsabilização cível entre nos artigos 186 e 188, e, 927 e 943. A partir da leitura atenta dos dispositivos legais, percebe-se a *mens legis* no sentido de garantir a responsabilidade civil mediante elementos subjetivos, diante a atos ilícitos, como regra, isto é, por meio de aferição de culpa *lato sensu*. Nesse diapasão, a culpa em sentido amplo pode ser subdividida em dolo (intenção) e em culpa *stricto sensu* (imprudência, negligência e imperícia). Ainda, apesar de residual, o Código Civil possibilita a

punição objetiva, por atos aparentemente lícitos, em casos de abuso de direito ou em situações de risco-proveito inerentes a atividades econômicas específicas, assumidos tácita e/ou expressamente pelo(s) agente(s) que gerou o dano.

Na esteira das lições presentes na doutrina, os autores Nelson Rosenvald, Felipe Braga Netto (Netto, Rosenvald, 2024, p. 203-227) e Eduardo Nunes de Souza (Souza, 2015, p. 50-57) distinguem a responsabilidade civil entre extracontratual e contratual, ambas as sistemáticas cabíveis em relações médico-pacientes, com maior incidência prática na existência de contratos.

No âmbito da relação médico-paciente, a responsabilidade civil de natureza contratual ocorre a partir do inadimplemento de um pacto prévio entre as partes. A título de exemplo, o paciente realiza a contratação de uma cirurgia eletiva e, em decorrência disso, uma das partes descumpre o acordado, ou seja, o profissional não segue com a literatura médica na realização da cirurgia, ou o paciente não realiza o pagamento do procedimento contratado. Já a extracontratual, ocorre no ato de um fato superveniente à relação das partes, pelo simples fato de viverem em sociedade. Ou seja, se o médico está no mesmo local em que o paciente tem um mal súbito, aquele será obrigado a atender os primeiros socorros desse paciente e caso não o faça, poderá ser responsabilizado extracontratualmente.

Com efeito, pelo olhar contratual, pode ser configurada a responsabilidade civil pelo fato do paciente descumprir o dever de pagamento. E isso já é algo que demonstra a conduta voluntária de descumprir com o seu dever. Já na perspectiva extracontratual, há a possibilidade de análise subjetiva em relação à conduta voluntária de não realizar o pagamento, por não possuir condições de arcar com os honorários médicos e, por conseguinte, o paciente não cumpre com a sua obrigação de pagamento por um atendimento emergencial. Diante disso, faz-se necessário analisar os pressupostos de configuração da responsabilidade civil:

(...) conduta voluntária, o dano injusto sofrido pela vítima, que pode ser patrimonial ou extrapatrimonial; a relação de causalidade entre o dano e a ação do agente; o fator de atribuição da responsabilidade pelo dano ao agente, de natureza subjetiva (culpa ou dolo), ou objetiva (risco, equidade, etc.). (AGUIAR, 2000, p.4)

Em outra perspectiva, é necessário observar o dever do médico de seguir com a literatura científica para a realização de uma cirurgia eletiva contratada pelo paciente. Em decorrência de fatores externos à relação médico-paciente, a cirurgia pode não chegar ao resultado pretendido. E, para que o paciente consiga uma reparação ao suposto dano sofrido pela conduta médica, este deverá comprovar que era a vontade do médico de tomar a iniciativa de realizar o procedimento em desconformidade com a literatura indicada, bem como as consequências geradas pelo suposto erro médico, a relação

entre a conduta médica e o mal resultado e se o médico realmente agiu de forma culposa ou dolosa, ou haveria um risco no procedimento.

3 A JURISPRUDÊNCIA SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICO-PACIENTE

Na legislação vigente do Código Civil, em seus artigos 186 e 951, dispõem sobre as responsabilidades subjetiva e objetiva, respectivamente. Tais disposições dão enfoque para a necessidade de comprovar a ilicitude do dano sofrido por alguém que foi vítima de ato negligente, imprudente ou imperito de um agente causador de um dano.

Em decorrência disso, há uma extensa discussão no judiciário sobre a culpa do médico nos casos de responsabilidade civil. Inclusive, é tanto entendimento do Superior Tribunal de Justiça, quanto da doutrina (Souza, 2015, p. 40-41) que a culpa do médico deve ser analisada pelo viés subjetivo. Senão veja-se:

Ao manter a condenação de um obstetra pelos danos causados a um recém-nascido, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou o entendimento de que a responsabilidade civil do médico em caso de erro, seja por ação ou omissão, depende da verificação da culpa – ou seja, é subjetiva (Brasil, 2021).

Outro ponto a ser explorado é a natureza jurídica da obrigação presente na relação médico-paciente. Nesse sentido, apesar do intenso debate teórico, o Superior Tribunal de Justiça entende a obrigação do médico como “de meio”, visto que ele não pode garantir a cura do paciente, sob pena de configurar infração ética, bem como responsabilização cível, penal e administrativa.

No entanto, a depender da publicidade médica, a obrigação poderá ser entendida como “de resultado”, visto que, conforme preconiza o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 30, o prestador de serviços é obrigado a cumprir com a publicidade veiculada e isso também foi entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo (Brasil, 2019, *on-line*). Então, se o médico realizar publicações em qualquer meio de publicidade e propaganda, de forma que o público entenda que há a promessa de resultado, ele estará obrigado a cumprir com a promessa e, ainda, poderá sofrer condenações cíveis, administrativas e penais, pelo descumprimento do seu dever informacional conforme os ditames da sua atividade profissional.

Portanto, para que a obrigação do médico seja considerada “de meio”, é necessário que ele se atente ao dever de prestar as informações devidas para o paciente antes da realização de qualquer procedimento, salvo os casos de urgência e emergência. Mas, na hipótese de responsabilidade contratual, o profissional não poderá se escusar do seu dever informacional, principalmente, em suas publicidades veiculadas.

4 A CULPA DO PACIENTE, A RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO E AS DEMANDAS JUDICIAIS A RESPEITO

A sistemática jurisdicional brasileira prescreve atenuações e exclusões de responsabilidade civil a partir da extensão da co-culpabilidade da vítima no evento danoso. No Código Civil, em seu artigo 945, dispõe que se a vítima houver concorrido culposamente na dinâmica danosa, terá a indenização mitigada de acordo com a abrangência e relevância de sua culpa. Entretanto, no limite, caso aja com culpa exclusiva, o nexo causal é rompido e, por conseguinte, não há reparação civil devida. Outrossim, o inciso II, §3º do artigo 14 da Lei 8.078/90, também prevê o entendimento de que o prestador de serviços não será responsabilizado quando comprovar que a culpa exclusiva é do consumidor. Com efeito, esse fundamento também é aplicado pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme julgamentos de número AgRg no Resp 1.380.615/RS e AgRg no AREsp 313.688/SP.

O seguimento ideal para obtenção de distribuir uma demanda judicial em face do médico, seria se o paciente buscar opiniões de outro médico especialista na mesma área, a fim de que este médico realize um relatório com base na literatura médica, além de demonstrar o indício ou concluir que houve erro na conduta do médico que atendeu esse paciente. O que ocorre atualmente é a pretensão judicial de enriquecimento ilícito pelo paciente, ou até mesmo, o seu procurador se aventurar em uma demanda judicial, sem ao menos estudar o caso. Isso é demonstrado a partir do ajuizamento das demandas sem o dever de sigilo, visto a exposição do prontuário do paciente, indo em desacordo com a Lei geral de proteção de dados, além do pedido não possuir nexo de causalidade entre os fatos, a conduta do médico e o dano sofrido pelo paciente.

Portanto, faz-se necessário avaliar os seguintes pontos: a) o dano sofrido pelo paciente; b) nexo de causalidade (a conduta do médico gerou esse dano?); c) o médico seguiu a literatura comprovada cientificamente?; d) houve indício de erro na conduta do médico?; e) houve a prescrição adequada do dever informacional das obrigações do paciente pós procedimento?; f) O paciente seguiu as orientações prescritas pelo médico? g) o paciente possuía complicações que pudessem gerar a ausência do resultado esperado? h) O médico agiu com vontade de gerar um dano ao paciente?

Posto isso, fazem-se necessários realizar estes questionamentos antes de qualquer iniciativa processual em face do médico. Principalmente, no intuito de seguir o princípio da celeridade processual e da boa-fé, a fim de minimizar a massificação dos processos no judiciário, bem como evitar uma eventual culpabilidade e responsabilidade do autor pela aventura jurídica.

5 CONCLUSÃO

A análise sobre a judicialização no Brasil, particularmente nos litígios entre médicos e pacientes, revela uma tendência crescente, despertando a atenção dos juristas. Nesse contexto, a responsabilidade civil médico-paciente emerge como uma questão central e destaca-se pela sua complexidade, bem como pelas nuances legais envolvidas. A compreensão dos fundamentos constitucionais e legais da responsabilidade civil, assim como das distinções entre responsabilidade contratual e extracontratual, é crucial para a pré-análise da responsabilidade do profissional.

Examinar a responsabilidade do médico à luz da jurisprudência e entender o fundamento do inteiro teor das decisões são fundamentais para uma análise adequada da aplicação desse instituto jurídico. Além disso, observar a natureza da obrigação do médico, seja como "de meio" ou "de resultado", e suas implicações legais e éticas são necessárias para a contribuição da definição dos parâmetros do reconhecimento dessa responsabilidade em uma relação jurídica.

Por fim, é essencial considerar as implicações da culpa do paciente na responsabilidade civil do médico e, outrossim, os critérios para avaliar a viabilidade de demandas judiciais contra os profissionais de saúde. A abordagem desses aspectos visa a promover uma atuação jurídica mais consciente e responsável, em consonância com os princípios da celeridade processual e da boa-fé, visando mitigar a massificação dos processos judiciais e evitar eventuais responsabilidades dos autores por aventuras jurídicas.

REFERÊNCIAS

Aguiar Júnior, Ruy Rosado de. Responsabilidade civil do médico. Direito e medicina: aspectos jurídicos da Medicina, Belo Horizonte: Del Rey, 2000, pp. 133-180. In: Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 84, n. 718, pp. 33-53, ago. 1995. Em: Revista Jurídica, Porto Alegre, v. 45, n. 231, pp. 122-147, jan. 1997. Em: Universitas/Jus, n. 5, pp. 149-192, jan./jun. 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª turma). AgRg no REsp n. 1.380.615/RS. Agravante: Medial Saúde S/A. Agravado: Sociedade beneficente São Camilo. Relator: Min. Moura Ribeiro, 13 de outubro de 2015. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?src=1.1.3&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&numero_registro=201300797254. Acesso em: 30 abril de 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª turma). Mantida condenação de médico que negligenciou preenchimento de prontuário de gestante Brasília, DF: 29 de jul. 2021. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/29072021-Mantida-condenacao-de-medico-que-negligenciou-preenchimento-de-prontuario-de-gestante.aspx>. Acesso em: 30 abril de 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Para Terceira Turma, indenização por falha de informação ao paciente não pode ignorar realidade da época dos fatos. Brasília, DF: 25 de abr. 2022. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/25042022-Para-Terceira-Turma--indenizacao-por-falha-de-informacao-ao-paciente-nao-pode-ignorar-realidade-da-epoca-dos-fatos.aspx>. Acesso em: 30 abril de 2024.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (5ª Câmara de Direito Privado). Apelação nº 1007827-60.2015.8.26.0506. Apelante: Felipe Rodrigues Abou Haikal. Apelada: Helio Henrique Ferrone. Relator: Des. Jair de Souza, 19 de setembro de 2019. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=12888964&cdForo=0>. Acesso em: 30 abril de 2024.

NETTO, Felipe Braga. ROSENVALD, Nelson. Responsabilidade civil: teoria geral. 1ª ed., Indaiatuba, SP: Foco, 2024.

SOUZA, Eduardo Nunes de. Do erro à culpa na responsabilidade civil do médico: estudo na perspectiva civil-constitucional. 1ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2015.